

**PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LIVRO
DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA
LEI Nº 10.639/2003**

***PROBLEMATIZING ETHNIC-RACIAL ISSUES IN THE TEXTBOOK OF
YOUTH AND ADULT EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF
BRAZILIAN FEDERAL Nº 10.639/2003***

Karla de Oliveira Santos¹

RESUMO

A pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “As Relações Étnico-Raciais no Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos: Implicações Curriculares para uma Sociedade Multicultural” (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. Neste trabalho, partimos da problemática de compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como possuidora de um caráter inter/multicultural, com seus sujeitos marcados por uma diversificada configuração identitária, a partir da análise de conteúdo do Livro Didático adotado no 2º segmento da EJA no município de São Miguel dos Campos - Alagoas. Ao realizar a análise da legislação educacional, percebemos avanços e recuos no tratamento dado às relações étnico-raciais, e que a Lei nº 10.639/2003 é sem dúvida um importante elemento para o debate educacional, por proporcionar condições de incorporação da questão racial de forma explícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Palavras-chaves: Relações Étnico- Raciais. Educação de Jovens e Adultos. Lei Nº10.639/2003. Livro Didático.

ABSTRACT

This research is an excerpt from the master's dissertation entitled “Ethnic-Racial Issues in the Youth and Adult Education Textbook: Curricular Implications for a Multicultural Society” (2011), defended in the Postgraduate Program in Education at UFAL. In this paper, we start trying to understand the Youth and Adult Education (EJA) as a program with an inter/multicultural aspect, with subjects of diverse identities configurations, through the content analysis of the textbook adopted in the 2nd segment of EJA in the city of São Miguel dos Campos – Alagoas. In the analysis of educational legislation, we noticed advances and steps backwards when it comes to dealing with ethnic-racial issues. We also stressed that Law No. 10,639/2003 is undoubtedly an important element in the

¹ Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL. e-mail: karlasmcampos@hotmail.com

educational debate, because it explicitly provides conditions to incorporate racial issues in the National Education Guidelines and Framework Law (Law No. 9,394/96).

Keywords: *Ethnic-Racial Issues. Youth and Adult Education. Law No 10,639/2003. Textbook.*

INTRODUÇÃO

O Brasil é constituído por uma pluralidade cultural, étnica, racial, religiosa e por outros aspectos identitários diversos, que muitas vezes não são reconhecidos como riqueza humana, culminando em atitudes discriminatórias, preconceituosas, xenófobas e em desigualdades sociais.(SANTOS,2011).

Contudo, para que o país possa galgar o caminho de uma verdadeira sociedade democrática, no qual as pessoas não sejam medidas por sua aparência física ou fenótipo, independente de qualquer filiação identitária ou carismática (sexo, raça, religião, etnia, cor, classe), temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes que compõem a cultura brasileira, uma vez que ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos (DAYRELL, 1996).

A pesquisa partiu da problemática de compreender a Educação de Jovens e Adultos - EJA como possuidora de um caráter inter/multicultural, com seus sujeitos marcados por uma diversificada configuração identitária. Diversidade esta, muitas vezes invisibilizada ou estereotipada nas políticas públicas curriculares, que não reconhecem a dinâmica da constituição da diversidade étnico-racial brasileira.

O estudo foi realizado no município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas, em uma escola da rede pública municipal de ensino, que atende ao 2º segmento da EJA. A rede possui 5 escolas que atendem a essa modalidade, sendo que dessas, apenas 3 atendem o 1º segmento e 2º segmento. A partir do levantamento de dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação, a instituição de ensino foi escolhida por ser a única a atender todas as etapas do 2º segmento, ou seja; do 6º ao 9º anos, diferenciadas das demais que não atendem o 2º segmento completo, sendo esse um dos critérios selecionados pela escolha.

Nosso objetivo foi analisar como as relações étnico-raciais são discutidas e problematizadas na EJA, a partir da coleção de Livros Didáticos - LD's adotada para o 2º segmento na rede municipal, tendo como marco temporal e legitimador da análise, a Lei 10.639/2003 e o Parecer 03/2004, nos quais tornam obrigatória a incorporação das discussões sobre a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial das escolas de educação básica.

A pesquisa é de cunho qualitativo, tendo como método a análise documental e como técnica a análise de conteúdo (BARDIN, 2009), propiciando uma reestruturação das ideias para uma maior clareza do nosso objeto de pesquisa.

2. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS – AL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é detentora de uma grande diversidade de culturas, religiões, etnias, raças, valores, comportamentos, atitudes e vivências. Para tanto, o currículo deve propiciar condições de incorporação dessa pluralidade, que muitas vezes é desvalorizada e desrespeitada, sendo tratada de forma transversal ou marginalizada. Há uma emergência em se discutir o currículo a partir de uma perspectiva inter/multicultural, que reconheça a alteridade como riqueza humana e potencializadora de enriquecimento pessoal e social.(SANTOS, 2011).

Os sujeitos educandos da EJA possuem experiências significativamente oralizadas que muitas vezes, não tem visibilidade dentro do currículo e nem tampouco são incorporadas nas políticas curriculares oficiais.

Realizando algumas observações podemos afirmar que do ponto de vista socioeconômico, os educandos da EJA no município de São Miguel dos Campos – AL ocupam posições no mercado de trabalho de baixa remuneração, em sua maioria exercem funções no setor do comércio informal e do sucroalcooleiro, limitando apenas acesso a conhecimentos básicos dos seus ofícios, dificultando um contato maior com práticas de leitura

e escrita. Alguns jovens que estão na EJA no município, em sua maioria são frutos do insucesso escolar, com anos de repetência na própria rede de ensino ou evasão ainda nos anos iniciais do ensino regular.

Analisando o perfil sociocultural, podemos observar que quando adultos, são aqueles que não tiveram oportunidades de frequentar a escola na infância e quando dela teve acesso foram excluídos. Os jovens se fazem presentes também, são os considerados “problemas”, pois tem um histórico de fracasso escolar e que já não possuem a idade própria, como afirma a legislação, sendo expulsos do turno diurno, frequentando desta forma, o noturno. Com relação ao pertencimento étnico-racial, podemos afirmar que em sua maioria são pretos e pardos.

Segundo Santos (2011), é mister valorizar as questões culturais, promovendo práticas curriculares e experiências educativas de diálogos, trocas e aproximações entre as pluralidades que compõem essa modalidade de ensino, problematizando radicalmente as tramas e labirintos da constituição da diversidade étnico-racial, produzindo formas de construção de uma identidade negra positiva, elevando a autoestima e reconhecendo-se como sujeito ativo na formação da sociedade brasileira e na (re)construção da história nacional.

3. METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa tinha como objetivo realizar uma análise no currículo oficial do município de São Miguel dos Campos – AL, verificando de que forma as relações étnico-raciais eram discutidas e problematizadas na Educação de Jovens e Adultos, tendo como eixo norteador a Lei nº 10.639/2003 e o Parecer nº 03/2004. Logo após o levantamento de dados na Secretaria Municipal de Educação constatou-se que o município não possuía uma proposta curricular específica para a EJA, seguindo nesse caso, a proposta curricular de âmbito estadual e nacional. Diante da ausência de uma proposta curricular municipal, optamos pela análise do Livro Didático na modalidade da Educação de Jovens e Adultos adotado na rede pública de ensino. Após a análise da coleção adotada para o 1º segmento e a coleção do 2º

segmento, elegemos como importante, com a presença de maiores elementos que contribuíram com o nosso objetivo e por ser posterior à legislação norteadora da pesquisa a coleção do 2º segmento, já que a outra era anterior à referida legislação.

Para uma análise pertinente dos dados, a partir da abordagem qualitativa, adotamos como procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a análise de conteúdo, com o objetivo de fundamentar e validar os dados da pesquisa.

Realizamos o levantamento bibliográfico a partir das obras selecionadas, dada à diversidade da produção de trabalhos que tratam da Educação de Jovens e Adultos, Currículo, Multiculturalismo e Inter/Multiculturalidade, Relações Étnico- Raciais e o Livro Didático, sem deixar de mencionar também o arcabouço freireano.

No tocante à pesquisa documental, elegemos as fontes primárias para análise que se referem à base legal pertinente para nossa pesquisa, a exemplo da Constituição Federal Brasileira (1988), Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996), Parecer nº 11/2000, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Lei nº 10.639/2003, que estabelece diretrizes para obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, Parecer CNE/CP nº 03/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Estatuto da Igualdade Racial (2009), entre outros.

As fontes secundárias foram a coleção de Livros Didáticos adotada para o 2º segmento da EJA, em uma escola pública localizada em um bairro central no município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas, que atende os anos iniciais do Ensino Fundamental e a EJA no noturno com o 1º e 2º segmentos.

Para a análise dos dados utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo, tendo como fundamentação teórica os estudos de Bardin (2009, p.42) , que propõe :

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obterem indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. A análise do conteúdo procura interpretar a palavra em sua forma mais subjetiva, procurando retirar o véu que o desvenda. (BARDIN,2009, p.42).

Utilizando a técnica de Análise de Conteúdo na base legal e na coleção dos LD's procuramos criar as reflexões necessárias acerca das questões étnico-raciais e sua relação com a Educação de Jovens e Adultos, como também as implicações curriculares que essa problemática gera, percebendo como os interditos nesses documentos analisados abordam ou silenciam essas questões, pois como afirma Franco (2008) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado ou/e simbolicamente explicitado sempre será ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito ou/e latente.

A pesquisa educacional sofre uma lacuna de discussões que contemplem a diversidade étnico-racial na Educação de Jovens e Adultos, culminando na ausência de produções que abordem essas questões em uma modalidade repleta de uma enorme pluralidade, muitas vezes vista de forma depreciativa, contribuindo para a manutenção de uma sociedade discriminatória e desigual socio-economicamente.

4. ALGUNS INDICATIVOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA BASE LEGAL

Durante a análise dos documentos corpus da pesquisa, constatamos que em vários trechos ocorreram silenciamentos e em outros percebemos indicações da incorporação das questões étnico-raciais na base legal que concerne à educação.

Na Constituição Federal Brasileira, datada de 1988, dos capítulos nº 205 ao 214 sobre a Educação, Cultura e Desporto, as relações étnico-raciais na educação não são contempladas de forma explícita. No artigo 206, os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber nos levam a supor que baseado nesses princípios, mesmo que de forma implícita, as questões de etnia e raça são de certa forma incorporadas, pela garantia de igualdade e liberdade para todos.

Em 1996, foi promulgada a última LDBEN (nº 9.394/96) ainda em vigência nos dias atuais, que em seu capítulo II, no que se refere à Educação Básica, Seção I, das disposições gerais, afirma em seu artigo 26-§ 4º: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Nesse artigo, percebe-se um avanço, quando comparada as anteriores, antecipando os preceitos das leis que seriam promulgadas anos mais tarde, como exemplo a Lei nº 10.639/2003, dando visibilidade às contribuições das matrizes que formam o povo brasileiro.

A Lei nº 10.639/2003 contribui de forma positiva focando a obrigatoriedade do estudo da temática dentro do currículo oficial da educação brasileira:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Essa lei deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas do movimento negro brasileiro em prol da educação, podendo causar impactos positivos, proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza de nossa diversidade cultural e humana, devendo ser problematizada à luz das relações de poder, dominação e dos contextos de desigualdade e de colonização (GOMES, 2008).

O referido artigo contribui para romper com a limitação que é dada quando se trata da História do povo negro, resumida sempre à escravização, colonização, subordinação e diluição do conhecimento produzido pelos povos escravizados. Muitas vezes não possibilitando aos educandos reconhecer a África e sua história como Berço da Humanidade, a partir de sua evolução histórica em relação a outros povos e sua riqueza cultural, não tomada de forma exótica e folclorizada, colocando a figura do negro de forma animalizada, cristalizada e repleta de estereótipos.

5. NOTAS SOBRE A ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DA EJA

Realizamos a análise da coleção *Construindo a Cidadania* por meio dos temas transversais: educação de jovens e adultos, da editora Difusão Cultural do Livro, edição de 2006, equivalente aos anos finais do ensino fundamental na área de Ciências Sociais, na disciplina de História, adotada pela Secretaria Municipal de Educação do município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas, no ano de 2008, presente nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.

A escolha pela disciplina de História pautou-se em dois motivos: primeiramente ao fato da Lei nº 10.639/03 explicitar a disciplina em seu artigo 26, § 2º apresentando que “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira”. O segundo, ao fato de que a coleção de livros, formada por dois volumes do 2º segmento da EJA, foi publicada em 2006, ou seja, posterior à promulgação da lei 10.639/03 e do Parecer CNE/CP 03/04, além de fazer parte do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA, 2009.

Segundo o endereço eletrônico da editora, os livros baseiam-se nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, como: Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Meio Ambiente, Ética e Cidadania. No entanto, ao analisar as referências dos volumes, percebe-se a ausência dos PCN, citado pela própria editora como um dos parâmetros a serem seguidos, assim como a ausência de textos legais que norteiam a EJA, entre eles, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, já que a editora apresenta esses sujeitos como seu público-alvo.

A coleção referente aos anos finais do ensino fundamental está dividida da seguinte forma: 3ª etapa, correspondente ao 6º e 7º anos e 4ª etapa, correspondente ao 8º e 9º anos. Os livros são delimitados pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, História, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. A análise seguiu a ordem crescente das etapas e dos referidos anos escolares.

Uma das autoras da coleção tem formação em pedagogia e atuou por mais de 10 anos na educação infantil no município de São Paulo e, à época da publicação, era assistente de diretor. Não há no livro nenhuma indicação de estudos e pesquisas da referida autora sobre a temática étnico-racial, nem tampouco na consulta feita nos dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Desta forma, notamos que há uma limitação da obra no que se refere às questões da diversidade étnico-racial na EJA, motivada pela própria falta de formação específica da autora na área. Em relação à outra autora, não foi possível encontrarmos dados sobre sua formação e carreira profissional.

Os volumes estão organizados da seguinte forma: volume 1, 3ª etapa, 6º e 7º anos, volume 2, 4ª etapa, 8º e 9º anos. A capa da coleção chama atenção pela imagem que é exposta, a união de quatro mãos formando um entrelaçado e entre as mãos expostas há uma mão negra.

Figura 1- Capa do Livro Didático Construindo a Cidadania por Meio dos Temas Transversais: Educação de Jovens e Adultos, Ed. Difusão Cultural do Livro, 2006.



Os aspectos gráficos, como folhas e imagens coloridas (200 folhas para o livro da 3ª etapa e 192 folhas para o livro da 4ª etapa), espiral, podem contribuir para despertar o interesse do educando. Entretanto, as várias imagens e o linguajar infantilizados não se

mostram adequados para os jovens e adultos a quem a coleção se destina. Apresentam imagens com traçados infantilizados dissociado do perfil do educando da EJA, além de representar o negro de forma depreciativa, associado à coisa, objeto, como algo com valor mercadológico.

Logo nas primeiras páginas cada volume há uma síntese sobre algumas chamadas que podem ajudar na compreensão dos conteúdos estudados, através de quadros como: Aprofundando Conhecimentos (específico de Língua Portuguesa), no Escurinho do Cinema (específico de História), Trabalhando o Texto (específico de Língua Portuguesa), Pense Nisso, Se Liga, Curiosidades, Arquivo Histórico (específico de História) e Treinando seu Olhar (específico de Artes).

As autoras expõem para os educandos as características de cada quadro da seguinte forma:

Aprofundando conhecimentos: Traz um ponto gramatical, sempre partindo de um texto. Dessa forma, você tomará consciência da teoria pela prática. No Escurinho do Cinema: Apresenta dicas de filmes que possuem relação com o que foi visto na matéria. Trabalhando o Texto: Apresenta as diversas formas de texto, como poesia, prosa, anedota, lenda, etc., seguidos sempre de atividades. Pense Nisso: Apresenta questões contextualizadas sobre a matéria, para que você possa refletir sobre o que foi estudado, opinando de maneira crítica e atuante. Se Liga: Traz dicas sobre o assunto trabalhado no texto, contextualizando-o com o seu cotidiano. Curiosidades: Apresenta curiosidades sobre o assunto trabalhado, enriquecendo e complementando o texto. Arquivo Histórico: São trechos retirados de outras obras que contextualizam a matéria estudada. E Treinando o seu Olhar: São questionamentos críticos sobre a obra estudada, em que não há certo ou errado (PICCHI E BENITES, 2006, v.1 e 2).

Segundo a técnica da Secretaria Municipal de Educação, a escolha da coleção foi limitada apenas para os coordenadores pedagógicos que possuíam experiência e atuavam na EJA. A não participação dos professores na escolha deveu-se ao fato do quadro docente para se trabalhar com esse segmento não estar formado na época da escolha pela rotatividade de professores com contratações temporárias. Ainda de acordo com a técnica, havia apenas três coleções para a escolha. Os recursos para a aquisição dos livros foram recursos da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos - AL, destinados para a educação, tendo os coordenadores pedagógicos, autonomia para escolher a coleção de livros. Uma das

dificuldades na escolha dos Livros Didáticos é a falta dos mesmos para analisá-los, muitas vezes orienta-se pela resenha que o Ministério da Educação apresenta.

6. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LIVRO DIDÁTICO DA EJA

A partir da análise da coleção de livros adotada pelo município de São Miguel dos Campos - AL para o 2º segmento da EJA percebemos que há alguns avanços em relação à temática, tais como: trechos em que há problematização das questões étnico-raciais de acordo com uma perspectiva crítica, de questionamentos e possibilidades de diálogo, podendo levar os educandos a reflexões referentes às contribuições científicas, tecnológicas, socioculturais do povo negro. Entretanto, a lógica estrutural da obra como um todo ainda segue uma ordem histórica eurocêntrica, expondo, desta forma, uma visão de mundo dissociada dos grupos culturais e raciais que compõem a sociedade brasileira, na qual coloca a Europa na centralidade do mundo, pelo fato do descobrimento, conquista, colonização e integração (subjunção) serem muitas vezes fenômenos europeus, impondo um referencial universal à humanidade, ou seja, a afirmação da suposta superioridade física, econômica, religiosa e social dos grupos étnicos europeus perante os outros grupos, negando um passado científico e tecnológico dos povos africanos, como uma das façanhas do eurocentrismo, dando a impressão ao restante do mundo, de que as populações africanas não tiveram uma contribuição relevante para a construção do conhecimento tido como universal, negando e omitindo os avanços tecnológicos desses povos, que já se encontravam com um certo grau de desenvolvimento tecnológico em comparação aos povos europeus.

Ressaltamos que há interpretações errôneas do artigo nº 26 da Lei nº 10.639/2003, limitando o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira às específicas disciplinas como Artes, Literatura e História. No entanto, compreendemos que essa discussão deve perpassar todo o currículo escolar e não pode ser tratado de forma pontual e transversal, deve-se assumir um compromisso social e pedagógico para a superação do racismo, que segrega e estigmatiza o grupo étnico-racial negro/preto.

A coleção explicita em seu próprio título a transversalidade, no entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais não aparecem como referência bibliográfica e nem tampouco as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, sendo contraditória a afirmação realizada pela editora.

Os dois livros da coleção possuem uma organização gráfica apreciável. Há avanços, pela presença marcante da intertextualidade, possibilitando um diálogo entre os diversos gêneros textuais, como músicas, reportagem, anúncio de jornal, entre outros, para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos. Mas em outros trechos, resume-se a textos incompletos ou pequenos fragmentos, sem nem sequer colocar a referência para que o educador e educando possam obter o texto na íntegra ou aprofundar seus conhecimentos, podendo demonstrar desta forma um tratamento minimizado e inferiorizador das capacidades intelectuais dos educandos. Outra questão importante são as chamadas, através de quadros que sugerem alguns filmes como também reflexões sobre o conteúdo estudado.

O volume 1 da coleção analisada, equivalente à 3ª etapa – 6º ano, traz como tema transversal a Pluralidade Cultural, apresenta uma visão eurocêntrica da História, através de textos depreciativos, associando a figura do negro ora desumanizada, ora folclorizada, como por exemplo, a figura de Zumbi, que se mostra totalmente deslocado da conjuntura alagoana, estado em que se localiza o município de São Miguel dos Campos. O texto omite o local do Quilombo, dissociando o contexto da época à realidade atual, não explicitando a cidade e estado em que se localiza, ainda hoje, o Quilombo dos Palmares e onde Zumbi viveu até sua morte.

O módulo do 7º ano, tem como temática Trabalho e Consumo, colocando a imagem do negro ligada apenas à escravidão e subordinação, mas avança, em certo sentido, quando apresenta a influência da Semana de Arte Moderna de 1922 para a sociedade brasileira, destacando alguns objetivos desse movimento, tais como: a revisão historiográfica, sob o ponto de vista dos subalternos, a valorização do regionalismo e identidade cultural brasileira, o resgate do folclore, das tradições e costumes dos grupos étnico-raciais negros e indígenas.

O volume 2, equivalente à 4ª etapa – 8º ano, apresenta Saúde e Meio Ambiente como tema transversal. Aponta, também, uma visão eurocêntrica dos fatos históricos, não diferenciada dos outros módulos e ainda mostra uma perspectiva binária de cultura, entre cultura civilizada e cultura primitiva. Mas avança em considerar a África como berçário da humanidade, destacando a importância do Egito, problematizando-o através de filmes, dando visibilidade para as religiões de matriz africana, como símbolo de resistência cultural e as diversas contribuições culturais, científicas e sociais do povo africano.

No que diz respeito ao módulo do 9º ano, este traz a temática Ética e Cidadania, contribuindo na discussão dos direitos humanos, como garantia de uma sociedade democrática e igualitária, independente de qualquer filiação identitária. Apesar de toda essa discussão, apresenta a África como explorada e subordinada pelas potências europeias, trata o *Apartheid* de forma efêmera, não apresentando muitas referências sobre as questões étnico-raciais.

As atividades da coleção, em sua grande maioria, possuem um caráter metodológico tradicional, de forma técnica, mecânica e receptiva, estimulando a repetição e memorização dos conteúdos, com algumas raras exceções de enunciados que exigem a opinião e uma visão crítica do educando.

Há alguns poucos momentos de discussões e problematizações acerca das questões étnico-raciais, podendo levar os educandos à reflexões referentes às contribuições científicas, tecnológicas, sócio-culturais do povo negro.

Ao analisar as referências dos volumes, percebe-se a ausência dos Parâmetros Curriculares Nacionais, citados pela própria editora como um dos parâmetros a serem seguidos, como também documentos legais que norteiam a EJA, entre eles, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, já que a editora apresenta esses sujeitos como seu público-alvo.

7. CONCLUSÕES

Nesse sentido, podemos afirmar que a escola para jovens e adultos tem um desafio a enfrentar: contemplar o hibridismo cultural, ou seja, a possibilidade de diálogos, trocas e aproximações entre as diferentes culturas que convivem no espaço escolar, dar visibilidade para as diversidades e diferenças nas práticas educativas e curriculares. Entretanto, muitas vezes há a tentativa de silenciar, ocultar ou minimizar essa pluralidade étnico-racial e cultural da qual são constituídos os educandos da educação de jovens e adultos.

Ao realizar a análise da legislação educacional que nós elencamos como significativas para o nosso objeto de estudo, percebemos avanços e recuos no tratamento dado às relações étnico-raciais, e que a Lei nº 10.639/2003 é sem dúvida um importante elemento para o debate étnico-racial na educação, por proporcionar condições de incorporação da questão racial de forma explícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Consideramos importante a implantação efetiva da Lei nº 10.639/2003, vendo-a como a possibilidade de dar voz ao silenciamento de grupos considerados subalternos e que foram muitas vezes recalcados e inferiorizados nos currículos oficiais.

Podemos afirmar que a prática da maioria das escolas da EJA limita essa discussão de forma pontual, durante datas comemorativas como o 13 de maio e o 20 de novembro e ainda realizam interpretações equivocadas da Lei, limitando o estudo da História Afrobrasileira e Africana à disciplinas específicas, não compreendendo que esse debate deve se fazer presente em todas as áreas do conhecimento. Outra questão, é o desconhecimento ou falta de interesse da Lei 10.639/2003 pelos professores, algo preocupante para uma prática pedagógica que se quer inclusiva e de combate a todas as formas de discriminações e preconceitos.

Tendo visto, a Lei nº 10.639/2003, juntamente com o Parecer nº 03/2004, são instrumentos de importância social, política, cultural e pedagógica para a contemplação da História e Cultura Africana e Afrobrasileira nos currículos e práticas escolares das escolas brasileiras, legitimando a temática negra como uma dimensão da vida brasileira.

Durante os dois anos de pesquisa, iniciada com a análise bibliográfica, percebemos a não produção de estudos brasileiros que relacionassem a Educação de Jovens e Adultos e as Relações Étnico-raciais no Livro Didático. Há trabalhos com diferentes objetivos, mas que não abordam o entrelaçamento desses objetos.

Compreendemos que o Livro Didático muitas vezes é o suporte sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares, realizando discursos de verdades absolutas, no qual os sentidos já estão prontos apenas para serem reconhecidos e legitimados por educadores e educandos, não refletindo o perfil dos jovens e adultos, totalmente inadequado e que em sua maioria cristalizam conceitos negativos e inferiorizantes da pessoa negra, perpetuando preconceitos e discriminações, contribuindo para um empobrecimento humano no ambiente escolar, abafando reais possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural brasileira.(SANTOS, 2011).

As obras didáticas possuem uma organização gráfica apreciável, através de alguns aspectos como, o uso de espiral e imagens coloridas. Há avanços pela presença marcante da intertextualidade, possibilitando um diálogo entre os diversos gêneros textuais. Outro ponto positivo são as chamadas, através de quadros que sugerem alguns filmes como também reflexões sobre o conteúdo estudado.

Ao realizar a análise percebemos que a presença do negro na historiografia nacional só ganha destaque no período colonial e imperial. Mas fazendo a ressalva de este destaque está sempre associado à escravização, humilhação e estigmas de inferioridade. No período republicano, o negro sai da história nacional, ocupando uma posição de invisibilidade, não expondo fatos importantes como vários movimentos que lutaram (e lutam) contra as desigualdades sociais e discriminações, como o Movimento Negro Unificado e figuras de destaque como Abdias do Nascimento (*in memoriam*).

Podemos afirmar que se houvesse o cumprimento da legislação específica e uma reforma historiográfica nos Livros Didáticos da EJA, rompendo com a desumanização da figura do negro, sempre retratado de forma escravizado e subordinado, sem nome, sem história, sem família, ou seja, desumanizado, caracterizado pejorativamente, poderia

contribuir para que os educandos se sensibilizassem com alguns problemas ocasionados pelas discriminações e preconceitos raciais, desmistificando o mito da democracia racial, tornando-se parte ativa num processo realmente democrático e de equidade social, no qual estariam presentes o respeito às diferenças e à dignidade humana, como também a contemplação da diversidade nas práticas curriculares.(SANTOS, 2011).

Ressaltamos que durante a coleta de dados tivemos a oportunidade de participar de um planejamento para escolha do livro didático no município de São Miguel dos Campos – AL e observamos a falta de conhecimento, atenção e sensibilidade para as questões da diversidade étnico-racial pelos professores partícipes desta escolha, apesar de todas as dificuldades, como a falta de obras didáticas suficientes para uma escolha coerente. É importante salientar, que esse momento é de suma importância para o processo educativo, pois o livro didático ainda é um artefato de mediação entre ensino-aprendizagem, sendo muitas vezes o único material de acesso ao conhecimento por parte dos educadores e educandos, sendo legitimador de verdades absolutas e de suporte para os professores.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 5. Ed. revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.639. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" de 9 de janeiro de 2003.
- BRASIL. Parecer nº 03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/CNE/CEB.
- DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- FRANCO. Maria Laura Publisi Franco. *Análise de Conteúdo*. Brasília, 3 ed. Liber Livro Editora, 2008.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs). Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PICCHI, Andréa (et al). Construindo a cidadania por meio dos temas transversais: educação de jovens e adultos. São Paulo: DCL, 2006, 3ª etapa, 2º segmento do Ensino Fundamental.

PICCHI, Andréa (et al). Construindo a cidadania por meio dos temas transversais: educação de jovens e adultos. São Paulo: DCL 2006, 4ª etapa, 2º segmento do Ensino Fundamental.

SANTOS, Karla de Oliveira. As Relações Étnico-Raciais no Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos: Implicações Curriculares para uma Sociedade Multicultural. Maceió, 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alagoas, 122p.

Submetido em: 23/07/2020

Aprovado em: 20/08/2020